Política externa Em cúpula no México, Brasil vai se posicionar contra políticas focadas na austeridade fiscal

No G-20, país defenderá estímulo a crescimento

Sergio Lamucci
De São Paulo

O governo brasileiro vai defender com ênfase o estímulo ao crescimento, e não a austeridade, como a resposta mais adequada à crise global na cúpula dos líderes do G-20, a ser realizada na segunda e na terça-feira da semana que vem, em Los Cabos, no México. A concentração de esforços dos países europeus em medidas de consolidação fiscal tem minado a própria situação das contas públicas, ao deprimir ainda mais as economias que já estavam em dificuldades, disse ontem uma fonte do governo brasileiro que acompanha de perto as negociações do G-20 — o grupo de 19 países mais a União Europeia (UE), responsáveis por cerca de 90% do PIB mundial. O encontro do G-20 começará no dia seguinte às eleições na Grécia, cujo desfecho pode levar o país a sair da zona do euro, o que tenderia a intensificar ainda mais as incertezas na economia global.

"A política monetária tem sido suficiente até o momento para evitar uma crise bancária maior, mas não para gerar uma dinâmica de crescimento e sustentação da atividade econômica", afirmou a fonte, em referência à ação do Banco Central Europeu (BCE) de emprestar, em dezembro do ano passado e em fevereiro deste ano, cerca de € 1 trilhão aos bancos da zona do euro, a juros baixíssimos. Segundo a fonte, o Brasil propõe que os países com espaço para promover estímulos fiscais devem fazê-lo, para incentivar a claudicante atividade econômica europeia.

Esse debate, notou ele, tem ganhado corpo na própria Europa, como ficou claro depois da eleição francesa, vencida pelo socialista François Hollande, adversário das políticas que dão prioridade a medidas de esforço fiscal. "A discussão de dar mais atenção à retomada do crescimento também deve crescer de importância no G-20, mas é obviamente um exercício de coordenação. A implementação depende dos governos nacionais."

A resistência mais forte, naturalmente, deve partir da Alemanha, defensora ferrenha da austeridade fiscal como resposta à crise na zona do euro. De acordo com a fonte, há "uma percepção crescente nos grupos de trabalho" de que a agenda do crescimento tem que ser mais importante, mas os alemães mostram-se resistentes a essa questão.

Outro ponto relevante da cúpula será o aporte dos países dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em abril, os países do G-20 concordaram em reforçar o caixa do fundo em US$ 430 bilhões, para ampliar a barreira anticrise da instituição multilateral. No dia 18, antes da reunião do G-20, a presidente Dilma Rousseff vai se encontrar com os outros líderes dos Brics para discutir esses detalhes. É possível que seja definido o valor que cada país do grupo vai oferecer ao FMI. No caso do Brasil, a quantia de US$ 10 bilhões — a mesma do aporte feito pelo país em 2009 — é um "ponto de partida", mas nada está decidido por enquanto. "Pode ser mais, pode ser menos."

A fonte destacou a "frustração" do Brasil com o ritmo de reformas da governança do FMI e do Banco Mundial. O país quer ter mais poder de voto, mas está descontente com a evolução das discussões, marcadas por forte resistência dos países que podem perder espaço nas decisões do FMI e do Banco Mundial para emergentes como o Brasil.

Outros assuntos também serão tratados no encontro, mas deverão ser ofuscados especialmente pela urgência da crise europeia. A questão da regulação financeira internacional estará na pauta de discussões, mas não devem surgir grandes novidades nesse front, num momento em que se discute abertamente a saída da Grécia da zona do euro e o recém anunciado pacote de € 100 bilhões para tentar blindar os bancos espanhóis ainda provoca dúvidas sobre a sua eficácia.

Os participantes também vão conversar sobre os mercados de commodities. No ano passado, a discussão sobre o assunto concentrou-se nas causas da volatilidade excessiva dos preços desses produtos. Agora, o debate deve focar nas consequências desse movimento para países exportadores e importadores de commodities. Um tema importante, mas tampouco um candidato a ter destaque, num quadro de grave crise europeia.

Anúncio

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 13 jun. 2012, Finanças, p. C7.